



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com o Fórum da Sociedade Civil, na 11ª Unctad

São Paulo-SP, 15 de junho de 2004

Meu querido companheiro Sérgio Haddad, diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais, a ABONG,

Senhora Aparna Sahay, secretária-geral do Centro para Economia Comunitária e Sociedade de Consultores para o Desenvolvimento,

Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Meu companheiro Luiz Dulci, ministro de Estado chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu caro companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Minhas senhoras, meus senhores.

Antes de dizer o que eu vim falar para vocês – se for o Sérgio Ferreira que estiver traduzindo, se prepare para o imprevisto – eu quero falar um pouco, Sérgio, sobre algumas coisas que eu penso que vocês precisam saber, para ajudar para que as coisas aconteçam mais rápido, como disse a senhora Aparna.

Quando se trata de política internacional, nós temos que levar em conta não apenas o desejo de um país, mas o desejo dos outros países. Quando tomamos posse, nós decidimos que deveríamos fazer uma política externa muito ousada, para que pudéssemos obter força e começar a fazer algumas mudanças neste mundo globalizado, onde normalmente predominam os interesses de quem tem mais dinheiro, mais tecnologia e mais poder.



A primeira coisa que nós fizemos, foi recuperar uma boa política com os países com quem fazemos fronteira, na América do Sul. Era preciso conquistar a confiança da América do Sul, para que pudéssemos começar a discutir não apenas como uma voz única do Brasil, mas como um Continente, ou uma parcela do Continente, para abrirmos espaços no chamado mundo desenvolvido.

Para quem não conhece, nós não fazemos fronteira apenas com dois países na América do Sul: o Equador e o Chile. E essa política de conquistar confiança, não é uma tarefa fácil, porque muitos países da América do Sul, sempre tiveram muitas dúvidas com relação ao Brasil e, muitas vezes, o Brasil teve muitas dúvidas a respeito de países da América do Sul.

Em política, você não faz senão estabelecer uma relação humana muito forte, para que se possa, através dessa relação humana, estabelecer uma relação política e através da relação política, estabelecer outras relações que serão melhores, se houver uma boa relação política.

No primeiro ano de governo, nós visitamos todos os países da América do Sul e recebemos todos os presidentes da América do Sul no Brasil. Alguns, mais de uma vez, porque era preciso que houvesse uma interação para uma outra ação. Recuperamos o Mercosul, que estava desacreditado entre os seus próprios membros. Estamos trabalhando com o sonho e o desejo de, até o final do ano, termos toda a América do Sul participando do Mercosul. Um passo importante já foi dado: ter a Comunidade Andina, formada pelo Peru, Equador, Venezuela e Colômbia como membros do Mercosul. Esse passo já foi dado e é extremamente importante.

Depois que fizemos isso, resolvemos recuperar um compromisso histórico que nós tínhamos com a África; visitamos cinco países africanos e, neste próximo mês, visitaremos mais três países africanos. Nós temos dívidas históricas com os países africanos e precisamos recuperar isso, fazendo ações políticas que possam permitir que o nosso governo conquiste, não enquanto



governo, mas enquanto país, uma boa relação que nunca deveria ter perdido com os países africanos.

Depois, nós resolvemos fazer uma boa aliança com o Oriente Médio. Só para vocês terem uma idéia, o último chefe de Estado brasileiro a visitar o Líbano, foi em 1876. Portanto, ainda tínhamos um imperador que visitou o Líbano, muito mais numa viagem cultural do que numa viagem de negócios. Nós visitamos sete países no Oriente Médio.

Depois, nós decidimos fazer uma forte parceria com a África do Sul, com a Índia e o Brasil. E queremos estender essa parceria forte com a China e, se Deus quiser, com a Rússia. Por quê estamos fazendo isso? Estamos fazendo porque acreditamos que os países ricos, que têm o direito de defender os seus interesses, antes de qualquer coisa, não irão fazer concessões, no mundo comercial, se nós apenas ficarmos pedindo ou reivindicando. Nós temos que ter uma força política capaz de estabelecer entre nós uma outra relação. Que não é apenas a relação comercial feita entre empresário brasileiro e empresário da Índia, ou entre empresário brasileiro e empresário da Bolívia. Não é apenas essa relação, é uma relação de complementaridade entre os Estados, ou seja, o que nós produzimos, que a África do Sul não produz, e o que eles produzem, que nós não produzimos; ou, o que a Índia produz, que o Brasil não produz, e o que o Brasil produz, que a Índia não produz; ou o que a China produz, que o Brasil não produz, e assim sucessivamente. Precisamos estabelecer essa relação de complementaridade, para que possamos ter uma relação comercial mais justa.

E, se isso acontecer do jeito que estamos pensando que possa acontecer, certamente, nós teremos mais força para fazer melhores negociações com a União Européia, com o Japão e com os Estados Unidos.

E eu quero deixar claro, aqui, para os representantes da ONG, que não fazemos isso porque queremos brigar com os Estados Unidos ou com a União Européia, que são parceiros muito importantes para o Brasil. Na nossa relação



comercial, aproximadamente 26% de tudo que nós comercializamos são com os Estados Unidos. Da mesma forma que outros 26% estão com a União Européia. E nós não queremos que isso diminua, nós queremos que cresça. Mas queremos que isso cresça com bases mais justas, que haja mais flexibilidade na lógica, para que nós possamos ter maior poder de comercialização naquilo que sabemos fazer mais, sobretudo, os países mais pobres.

Quando o Brasil vai na OMC e briga para que os Estados Unidos pare de subsidiar o algodão, a verdade é que quem ganha não é o Brasil, quem ganha é um paisinho africano, que exporta por ano 180 milhões de dólares de algodão e que é a sua maior força de relação comercial.

Então, o que nós queremos é que os países mais ricos entendam que, muito menos do que ajuda para esse ou para aquele país, nós queremos estabelecer uma outra relação política, cultural e comercial. E quero confessar para vocês que isso leva tempo. Isso não acontece com facilidade. Vejam vocês, foram aprovadas as Metas do Milênio, em 2000 e se analisarmos o que aconteceu até agora, nós vamos perceber que alguns países retrocederam. Por quê? Porque é muito fácil os chefes de Estado se reunirem e aprovarem um documento. O que é difícil é executar aquilo que foi decidido no documento, depois da reunião. Aí é que entra a importância da sociedade civil organizada. Seja ONG, seja sindicato, seja Igreja, seja qualquer movimento, é preciso estar atento para fazer com que as coisas aconteçam a partir das decisões.

Há mais ou menos vinte dias, meu caro Haddad, nós fizemos uma reunião com um grupo de empresários brasileiros, coordenado pelo nosso companheiro Oded Grajew, não sei se ele está aqui. E vamos criar no Brasil uma Semana de Solidariedade, uma semana em que a sociedade civil, num debate em caráter nacional – em que o governo participa como convidado – comece a acompanhar o cumprimento das Metas do Milênio. Mas, mais importante do que cobrar do governo, cada entidade vai ter que dizer o que ela



está fazendo para que a gente cumpra as Metas do Milênio, o que cada sindicato está fazendo, o que cada Igreja está fazendo, o que cada empresário está fazendo para que a gente possa, num compromisso de co-responsabilidade, todos juntos, cumprir as Metas do Milênio, que é acabar com a fome absoluta que envolve, hoje, mais de 800 milhões de seres humanos. Eu diria, quem sabe, um pouco mais, se as estatísticas fossem feitas hoje.

Então, eu queria abrir dizendo isso, para que vocês entendessem que a política de convencer pessoas a fazerem determinadas coisas é muito complicada. Por exemplo, quando eu fui a Davos, muita gente dizia que se eu fosse a Davos, eu não poderia ir ao Fórum Social de Porto Alegre, dois anos atrás. Eu fiz questão de ir a Porto Alegre comunicar que eu ia a Davos. Por quê? Porque se eu não fosse a Davos, o tema da fome não seria nunca debatido lá. Fui a Davos e coloquei a questão da fome como um tema central da humanidade, hoje.

Depois, aconteceu uma coisa muito importante, um convite que eu recebi do presidente Chirac para ir a Evian, no encontro em que estiveram os oito países mais ricos do mundo e 12 países grandes, entre os quais Índia, Brasil e China, mais a África do Sul, México e outros. E, pela primeira vez também, numa reunião do G-8, nós tivemos condições de colocar o tema da fome como um tema principal na nossa política externa.

Não fizemos isso acreditando que, de imediato, iríamos convencer as pessoas de que a fome passaria a ser o tema prioritário da sua ação governamental. Até porque somos nós, que temos problemas de fome e de muita pobreza, que temos que levantar a cabeça porque, para convencer um europeu, um americano, ou um japonês, a dar um dólar do seu imposto para ajudar os países pobres, é preciso que a gente faça jus, com uma política de desenvolvimento bem determinada, para que isso não pareça uma ajuda humanitária.

O que nós precisamos é ter instrumentos de fiscalização desses



recursos, ter organismos multilaterais que possam, junto com o país, ir determinando o tipo de desenvolvimento e a aplicação dos recursos, porque nós estamos cansados de ver, também, em países pobres, o dinheiro enviado para combater a pobreza ser desviado para a conta dos dirigentes, em bancos no exterior.

Para ganhar corações e mentes dos países ricos nós temos que, em primeiro lugar, agir com muita seriedade e com bastante responsabilidade, para que a gente possa criar um novo paradigma de relação entre todos os países do mundo.

É difícil? É! Mas eu nunca tive nada fácil na minha vida e, portanto, eu acredito que com muita conversa, com muita paciência, nós deveremos criar, quem sabe, uma relação que permita tornar as relações entre países mais humanas, mais justas e mais solidárias.

Quero começar com estas palavras para que vocês entendam que é uma tarefa incomensurável, e que os governos passam. O mandato de um presidente é de apenas quatro anos. O mandato de vocês pode ser de 30 ou 40 anos, porque o movimento social continuará existindo, independentemente de quem seja governo.

Portanto, determinadas bandeiras e determinadas coisas, mesmo não sendo governo, vocês precisam assumir como tarefa, para fazer com que sejam popularizadas e que se enraízem nas discussões do cotidiano da chamada sociedade organizada.

Agora, voltarei ao meu roteiro normal. Eu não sei quanto tempo eu tenho, senão eu posso parar por aqui. Dizem que o Presidente pode tudo, mas como nós estamos numa reunião democrática, o Presidente pode tanto quanto os outros.

Eu não sei se vou ler, eu queria só terminar dizendo uma coisa sobre a participação efetiva de vocês. Cada um, quando voltar para o seu país, estará envolvido com o seu cotidiano. Se uma ONG cuida do índio, estará preocupada



com o índio; se outra ONG cuida de crianças, estará preocupada com crianças, ou seja, cada um voltará para a sua normalidade.

Agora, tem problemas que precisam perpassar a cabeça de todos nós. A luta contra a pobreza no mundo é uma luta que precisa estar na universidade, no sindicato, nas associações, precisa estar no debate das cidades, ou seja, não pode ser uma coisa que debatamos, quando nos encontramos, uma vez por ano.

É preciso tornar isso uma coisa cotidiana. Por exemplo, aqui no Brasil, a questão da fome não é uma questão do cotidiano ou da sociedade organizada. Tem gente preocupada com outras coisas. E eu acho normal que as pessoas estejam preocupadas com outras coisas. Mas é importante lembrar que a fome, hoje, mata mais do que qualquer guerra que a humanidade já produziu. E ela não mata soldados, ela mata crianças, ela mata feto, ela mata pessoas indefesas que, muitas vezes, não tem sequer o direito de reclamar.

Então, ou nós resolvemos esse problema, ou a tendência natural é que os países ricos fiquem cada vez mais ricos e os países pobres cada vez mais pobres, porque os ricos detêm o conhecimento e têm maior poder de produtividade. No dia 20 de setembro nós vamos para a ONU e eu estou mandando uma carta para cada chefe de Estado para que a gente discuta a possibilidade de criar um Fundo de Combate à Fome. Um Fundo que pode ser criado com a taxaçoão do dinheiro dos paraísos fiscais, com a taxaçoão do comércio de armas no mundo, ou seja, alguma coisa nós vamos ter que fazer.

Eu sei que muita gente faz muita coisa. Tem muito país ajudando país, tem muitas ONGs ajudando países, tem muita coisa. Agora, é preciso dar uma dimensão de concentração de recursos para que a gente possa começar a sonhar em resolver o problema, definitivamente. E eu tenho certeza que vocês podem assumir essa tarefa, mais do que muitos de vocês já assumem. Por exemplo, se cada entidade que está aqui voltar para o seu país e pressionar o seu governo ou o seu parlamento a adotar uma política mais forte com relação



ao combate à fome, ficará tudo mais fácil, porque eu encontro com um presidente uma vez por ano, mas vocês podem encontrar muito mais vezes, no seu país.

Então, eu acho que é essa ação política que nós temos que ter. Imaginem se o movimento sindical, no mundo inteiro, passasse a discutir isso com os seus governantes, com os seus parlamentos; se as ONGs começassem a discutir; se as igrejas começassem a discutir; imaginem o poder que teríamos, de fazer com que, de repente, a fome deixasse de ser apenas um problema social, para ser tratada como um problema político de fundo. Quem sabe, aí, seria mais fácil solucionar.

Muito obrigado.

/rss/cms